

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Legislativos Ata da 2054ª Sessão Ordinária na Íntegra 2
EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral VICTOR TAVARES PIRO Diagramação
MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2054ª SESSÃO, EM 28 DE SETEMBRO. 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA. = ORDINÁRIA = PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando “determinar ao Conselho Estadual de Educação a realização de estudos no sentido de criar a disciplina de empreendedorismo na grade curricular das escolas da rede pública estadual de ensino médio, com a finalidade de despertar nos alunos a vocação de empreender, proporcionando-lhes uma visão de futuro.”

. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando “tornar o policiamento ostensivo obrigatório nos postos policiais das três principais estradas do município de Boa Vista, sendo a BR-174 (Norte) sentido Venezuela, BR-174 (Sul) sentido Amazonas, BR-401 sentido Guiana Inglesa, com a finalidade de inspecionar e controlar a entrada de armas e drogas no município, bem como coibir a passagem de veículos automotores produtos de furtos e roubos pelas fronteiras e o consumo de álcool dos condutores as transitarem nas estradas.”

. Requerimento s/nº, de autoria de Deputados, requerendo que seja criada a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, com o objetivo de propor, analisar e viabilizar ações no sentido de se banir a Corrupção no Estado de Roraima.

. Requerimento nº 002/2011, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 026/2011, requerendo desta Comissão Especial prorrogação de prazo por igual período visando analisar a

Indicação do nome do Senhor Venilson Batista da Mata para o cargo de Procurador-Geral do Estado de Roraima, conforme a Mensagem Governamental nº 015 de 09/05/11.

EXTERNOS:

.Ofício nº 231/11, de 22/09/11, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando manifesto pela criação da Superintendência Regional do Estado de Roraima.

. Requerimento nº 60/11, da Comissão de Agricultura e Reforma, requerendo a realização de Audiência Pública em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a reforma do Código Florestal.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão Silveira) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos que nos prestigiam no dia de hoje, amigos da imprensa, os que nos ouvem pela Rádio Anauá. Venho a esta Tribuna, mais uma vez, para apresentar um projeto de minha autoria, que protocolei hoje pela manhã nesta Casa, que eu espero ver aprovado por esta Casa, pois é um projeto, no meu entendimento, de suma importância. Ontem, inclusive, nós tivemos um momento de debate importante, positivo, construtivo, a respeito do Plano de Cargos e Salários e da Promoção e Progressão da Polícia Civil, bem como do Plano de Cargos e Salários do Detran/RR, visto que, a questão da remuneração do servidor público tem sido tema constante de debate e de discussão nesta Casa. No entanto, tenho percebido a preocupação dos Parlamentares desta Casa em garantir uma política de remuneração igualitária aos servidores públicos estaduais e, junto com esta Casa, quero reforçar o meu compromisso em trabalhar por essas pessoas, servidores públicos, empreendedores, jovens e até donas de casa que acreditam em Roraima e que, com sua força de trabalho, contribuem para o funcionamento da educação, da saúde, da segurança pública e de outros serviços essenciais. Nós vamos fazer aniversário agora no dia 05 de outubro, Roraima é um Estado que chegou onde chegou carregado pelo servidor público, nas costas do servidor público, e, na verdade, o grande contingente desse servidor público é, até hoje, o servidor comissionado. O concurso público aqui no Estado ainda é uma realidade pequena, o servidor concursado do nosso Estado ainda é minoritário. Então, o grande contingente de trabalhadores no governo do Estado é, sem sombra de dúvida, o trabalhador comissionado e o trabalhador temporário que desempenham as mais diversas funções em órgãos de atendimento às necessidades básicas do cidadão. Embora essa modalidade de ingresso no serviço público seja uma exceção à regra, é notório que esses servidores desempenham um importante papel, existindo, inclusive, caso de pessoas que ocupam há uma década o mesmo cargo comissionado. Esses trabalhadores, essa grande massa trabalhadora que contribui todos os dias com seu trabalho para o Governo do Estado, infelizmente, estão expostos a tal assédio político partidário, a instabilidade gerada pelas mudanças administrativas e políticas que ocorrem a cada eleição e a um clima de total insegurança em relação ao sustento de suas famílias, e isso é o mais grave. Como qualquer outro trabalhador, os servidores temporários e comissionados devem ter assegurado o mínimo dos direitos trabalhistas, já que o Brasil é signatário do tratado da Organização Nacional do Trabalho, a ONT. Então, eu propus hoje, aqui para discussão desta Casa, um Projeto de Lei de proteção social a esses trabalhadores não concursados, que garanta a família dos servidores comissionados a tranquilidade de viver devido a terem seus direitos trabalhistas assegurados pelo Estado de Roraima. A proposta que trago para apreciação dos Senhores, se aprovada, beneficiará centenas de trabalhadores que poderão atuar de forma independente e não se sujeitarem às intempéries eleitorais, pois terão seus direitos garantidos em lei. Proponho que os servidores temporários e comissionados tenham um salário justo que atenda as suas necessidades básicas. Proponho que eles tenham irredutibilidade salarial, recebam o 13º salário com base na remuneração integral, dentre outros benefícios como a licença maternidade, a licença paternidade etc. Mas, o mais importante, e quero chamar a atenção desta Casa, é a proposta que estou fazendo de indenização aos servidores comissionados que estejam há mais de dez anos ocupando seus cargos caso sejam exonerados. A proposta de indenização é para que seja pago a eles o valor de seis salários mínimos com base no último mês dos seus vencimentos. Então, o que nós estamos propondo acima, além da manutenção e da garantia de todos aqueles

direitos trabalhistas previstos, tanto no Estatuto do Servidor Público como na consolidação das leis trabalhistas do Brasil, é que também àqueles servidores comissionados que tenham ficado por mais de dez anos ocupando o mesmo cargo, que no momento de sua exoneração recebam uma indenização correspondente a seis meses do salário recebido por esses trabalhadores. Isso é uma forma de proteger essas famílias, de valorizar o trabalho desses servidores comissionados e de dar uma satisfação e uma proteção àqueles que hoje, felizmente, executam seu trabalho para que no dia que forem exonerados, tenham proteção e a garantia de qualquer direito, para não estarem na rua sem terem como sustentar sua família. Então, esse é um projeto extremamente importante. Sei que esse é um projeto que depende muito do Governador Anchieta, pois não depende só desta Casa, mas é importante que se possa discutir essa iniciativa e dar uma tranquilidade maior a esses servidores comissionados que há tanto tempo vêm trabalhando para o Estado de Roraima.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portella – Bom dia Senhor presidente, nobres colegas. Quero me juntar ao Senhor Deputado nesse projeto dizendo que o apoio, pois ele é relevante e, neste momento, de muita importância, porque essas famílias, como o Senhor bem disse, não têm estabilidade nenhuma, são pessoas que convivem com a insegurança de um dia não terem um emprego e nem como sustentar suas famílias, de um dia elas, de repente, amanhecerem sem essa garantia, e ficarem sem saber o que dizer para os seus familiares quando as contas começarem a chegar, sendo que elas têm que colocar o pão de cada dia na sua mesa. É muito difícil de se conviver com essa situação e há que se criar mecanismos que garantam, minimamente, que essas pessoas que tanto já fizeram pelo Estado, como o Senhor falou, que têm carregado o Estado nas costas, realmente sejam não só valorizadas, mas que tenham a oportunidade de garantir os seus direitos.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá continua – Deputada, agradeço a sua contribuição e quero lembrar aqui um fato que muitas vezes pode passar despercebido por todos nós, pois temos servidores do Estado que correm um risco muito grande. Para que esta Casa possa ter uma ideia, é do conhecimento de todos nós que o Supremo Tribunal Federal determinou a exoneração de todos os servidores não concursados que trabalham no serviço público do nosso Estado. Esses servidores estão preocupados com essa situação, pois podem, a qualquer momento, ser exonerados. Há servidores que estão há mais de 20 anos ocupando o mesmo cargo na Companhia Energética de Roraima e podem, a qualquer instante, se verem desprovidos do seu sustento mensal. Então, na verdade, esse é um risco que acomete hoje os servidores comissionados que estão há mais de dez anos no cargo e que dedicaram a sua vida ao serviço público.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Rodrigo, eu considero o assunto abordado por Vossa Excelência muito oportuno, porque realmente tem um alcance muito grande sobre a classe dos trabalhadores de Roraima que ocupam cargos comissionados, são cooperativados, de empresa terceirizada, pois o mesmo cidadão está consecutivamente prestando serviço ao Governo há 22 anos. Isso é uma amostra da extensão do problema. Agora, acho que é preciso que se busque uma maneira de dar o mínimo de proteção para os trabalhadores que estão nessa situação. No entanto, acredito que nas negociações e nos entendimentos com o Senhor Governador, a gente deva priorizar também o compromisso da regularização desses funcionários, abrindo novos concursos públicos, porque, na verdade, eu acredito que o famoso QI já ultrapassou limites toleráveis no nosso Estado. Chega o momento que é preciso se definir o tamanho do quadro do Estado que se quer. Acredito que seja necessário até mesmo uma redução de cargos comissionados. Se nós observarmos, o Brasil, na esfera federal tem vinte mil cargos comissionados ao que se sabe, e talvez tenha até mais, enquanto nos Estados Unidos esse número passa um pouco de cem, isso para se ter uma ideia da situação de calamidade que se vive neste país, e muito particularmente em nosso Estado de Roraima. Quero, pois, hipotecar a Vossa Excelência o meu apoio a esse Projeto, com adendo que é preciso buscar o entendimento prévio para não cair logo numa polêmica de discussão e acabar sendo vetada, uma ideia que eu considero da maior relevância.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Eu agradeço Doutor Erci, realmente o que o Senhor coloca é muito oportuno, é extremamente pertinente. Nós precisamos intensificar sim os concursos públicos, agora, precisamos, também, proteger aqueles que são ocupantes de cargos comissionados, e que hoje, infelizmente, não têm a menor garantia e a menor proteção social. Agora, vamos ouvir também o Deputado Coronel Chagas e, em seguida, o Deputado Gabriel.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Vossa Excelência a cada dia nos surpreende com Vossas proposições, que visam, evidentemente, o bem comum. Quero dizer que o Senhor tem o nosso total apoio, e dizer mais ainda, que na esfera federal existe essa compensação para os servidores temporários. O próprio exército brasileiro tem militares temporários que ficam até completarem dez anos de serviços, entretanto, antes de completarem dez anos, eles não podem mais renovar o tempo porque a lei estabelece isso. E, eles têm uma ajuda de custo que vai ajudá-los a se prepararem para uma nova jornada na sua vida, até que se coloquem novamente no mercado de trabalho, abram uma empresa ou se tornem trabalhadores autônomos. Essa ajuda, Deputado Rodrigo, é por ano de serviço. Então, a cada ano há um valor correspondente, que vai aumentando. Por isso, quero dizer que pode contar com o nosso apoio. Não sei se é Projeto de Lei ou Indicação. É preciso haver uma concordância do Poder Executivo para que possamos trabalhar sem nenhum vício de iniciativa. Parabéns. Conte conosco. Vamos trabalhar essa questão com os demais colegas e também com o Poder Executivo.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá- Agradeço o Deputado Chagas.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço- Quero louvar essa sua iniciativa de criar esse Projeto e quero dizer ao Senhor que pode contar conosco. Queria, também, que estudássemos para sermos justos com os funcionários desta Casa, visto que há muitos funcionários que têm mais de 15 ou 20 anos, que são cargos comissionados e se amanhã perderem os seus empregos, não terão mais para onde ir. Então, eu acho que a gente deveria ampliar esse benefício aos funcionários deste Poder para que eles possam também ser inclusos nesse Projeto de Vossa Excelência. Conte conosco. Vossa Excelência tem todo o nosso apoio para que possamos fazer o melhor pelos funcionários deste Estado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá - Já estão inclusos Deputado. Esse Projeto trata de todos os servidores públicos da esfera estadual, seja poder Legislativo ou Executivo. Realmente é uma oportunidade que nós temos para proteger e valorizar esses servidores. Entretanto, Deputado Chagas vejo que podemos sim, com experiência de Vossa Excelência, com o conhecimento que o Senhor tem desde a outra legislação, aperfeiçoar esse Projeto, visto que uma lei semelhante já existe em outros Estados.

O Estado de São Paulo já aprovou uma Lei que garante ao servidor comissionado com mais de dez anos de serviço uma indenização devido a sua exoneração. Então, vejo que esse é um assunto oportuno aqui para o Estado de Roraima. Peço a contribuição da Casa e de todos os Deputados para que possamos negociar com o Governo do Estado e fazer com que esse Projeto tenha competência e legitimidade para ser aprovado aqui pela Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já tratei desse assunto aqui outras vezes, mais o que eu vou trazer novamente é algo que deve preocupar a todos. Todos nós temos a obrigação de zelar pela aplicabilidade dos recursos. Pediria a atenção do Líder do governo, Deputado Célio Wanderley, para acompanhar a linha do meu discurso. Eu já falei aqui sobre a 432. Há um contrato com o Governo do Estado, através dos recursos do DNIT do governo Federal, com a construtora Araújo, que está fazendo o trabalho de manutenção da estrada da Vila Central a Félix Pinto. Acontece que também o DENTIT deu uma ordem de serviço dia 25/05 para a construtora TESCON fazer o asfalto da Vila Central a Feliz Pinto. Esse contrato é no valor de 67 milhões. A ordem de serviço foi emitida no dia 25/05. O próprio DENTIT me informou que esse contrato foi feito diretamente com a empresa que licitou a obra, porque o Governo do Estado disse que não tinha mais condição de arcar com a contrapartida, e aqui não são só 3% como são as obras do PAC, a contrapartida seria de 10%. Pois bem, a alegação é que o Estado não teria mais condição financeira para fazer a contrapartida, aí o DNIT licitou um Projeto que o Governo de Roraima contratou, cuja a empresa que executou o projeto é a empresa ATP. A empresa executou o Projeto para execução do asfalto, acontece que o Tribunal de Contas da União fez uma exceção, Deputado, e mesmo a ordem de serviço tendo sido emitida dia 25, a obra está suspensa. A nova diretoria do DNIT suspendeu a execução da obra, e sabe por que meus caros Deputados? Porque o Projeto executado pelo Governo, segundo o Tribunal de Contas da União, simplesmente tem um volume de material, uma cubagem, com dobro do necessário para fazer a base e a sub-base para receber o asfalto. Se precisava de mil metros cúbicos, lá no Projeto está constando dois mil metros cúbicos e, sem dúvida nenhuma, isso é um escândalo. Simplesmente ao mudar a diretoria do DNIT, agora por orientação do Tribunal de Contas, o acórdão 1899/2011

mandou suspender a obra porque o Tribunal de Contas, mesmo recebendo explicações do DENIT, não foi convencido. Aí eu faço questionamento: ao mudar a diretoria do DENIT que foi detectado isso? E os outros Projetos que o Tribunal de Contas só fiscaliza quando recebe denúncia ou então por amostragem, que foram executados diretamente pelo Governo, quando a diretoria do DENIT trabalhava em perfeita sintonia com a Secretaria de Infraestrutura e com o Governo de Roraima? Se esse projeto teve o dobro de materiais detectados pelo Tribunal de Contas, e os outros Projetos, as outras obras executadas? Eu realmente fiquei muito estarecido, perplexo quando vi que uma empresa elabora um Projeto que tem um volume duplicado do material necessário para a execução das obras.

O Deputado Célio Wanderley e os Senhores Deputados sabem que todos nós queremos estradas, somos favoráveis e defendemos a construção das estradas, pois elas trazem desenvolvimento, bem – estar e qualidade de vida, mas, nós não podemos concordar que uma estrada que precisa de X em volume de material para asfaltar, de repente necessite de 2X. Não podemos concordar. É realmente uma forma grosseira de desviar recursos públicos, uma forma que violenta qualquer inteligência mediana, infelizmente. Somos plenamente favoráveis a construção das estradas, só não somos favoráveis a superfaturamento e desvio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio - Obrigado Deputado. Em primeiro lugar gostaria de dizer que, com certeza, essa empresa que foi contratada para elaborar esse projeto deve ter feito isso a mando de alguém, porque uma empresa não iria fazer uma cubagem com o dobro do material necessário sem alguém ter pedido isso, colocando em risco a sua reputação. Alguém pediu para ela fazer isso. Deve ter sido alguém do Governo que pediu para que essa empresa fizesse isso, para superfaturar os preços e depois com certeza dividirem os lucros desse negócio. A frente da nova diretoria do DENIT este é um General roraimense, o General Jorge Félix. Só nos resta parabenizar o DENIT por ter suspenso essas obras. Às vezes, o Governo condena os Parlamentares de oposição dizendo que nós é que atrapalhamos as obras e as execuções das coisas do Governo, mas, como não denunciar uma coisa dessa. Está aí, foi o Tribunal de Contas da União e o próprio DENIT quem suspendeu a obra. Estamos apenas verbalizando isso e mostrando à sociedade a verdadeira falta de respeito e a safadeza que havia no superfaturamento desta licitação.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua - Vossa Excelência falou bem Deputado. Nós estamos só retransmitindo, verbalizando, dizendo o que o órgão de fiscalização e controle fez. Mas, aqui, não estou questionando que haja subpreço, pois o Tribunal de Contas não questiona o preço, o Tribunal de Contas reafirma que o volume necessário para a construção da estrada é a metade do volume que foi estabelecido no projeto que foi licitado e que foi contratado. Por isso que a obra foi suspensa. Então, é algo que realmente nos preocupa e também fica a indagação. E os outros projetos que já foram feitos? Já trouxe aqui para a tribuna a 433, que foi contratada pela Construtora Araújo por 6,5 milhões, e a pessoa que subempleitou para fazer o serviço lá, até agora executado, me disse que recebeu 500 mil, foi subcontratado por 500 mil, só que a empresa foi contratada por 6,5 milhões. A pessoa veio me dizer que se amanhã alguém quiser questionar na justiça, ele está disposto a depor. Então, trago essa denúncia com uma preocupação muito grande, porque estamos percebendo que o tempo está passando, o inverno acabou há um mês e meio e a BR-174 continua sem as empresas retomarem os seus serviços, e quem anda na BR-174 sabe disso. O contrato existe, o dinheiro está aí em caixa, mas as empresas não retomaram o serviço da BR-174. Está todo mundo de cabelo em pé, de orelha antenada porque realmente me parece que abaixo dessa questão existe muita coisa a ser explicada.

Aparte concedido ao Deputado Gabriel Picanço – Gostaria apenas de lembrar a Vossa Excelência para cobrarmos do Governo do Estado o reinício das obras da BR-210 que estão paradas também há muito tempo, pois naquela região, na região sul do Estado, chove muito, contudo já faz mais de 30 dias que o inverno acabou e não há uma máquina na estrada. Então, esta Casa tem que cobrar da liderança do Governo que as empresas retornem aos seus trabalhos. Segundo o Governador do Estado, ele tem dinheiro e já deu as ordens de serviços. Portanto, o que está faltando para as empresas continuarem a execução das obras?

O Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado Deputado. Já que Vossa Excelência falou em BR-210, gostaria que o Líder do Governo tomasse conhecimento desses dados que vou trazer agora.

Com relação à BR-210, quem está fazendo é a CMM. O valor do contrato é de 77.449.178,55. Início das obras foi dia 25 de março de 2010. Sabe para quando é o término da obra, Deputado Gabriel Picanço? Está previsto para 14 de março de 2012. Quer dizer, estamos a menos de 6 meses para o término da obra, no entanto, não há nada feito na BR-210, a obra não sai. Não sei se Vossa Excelência foi recentemente pois lá, não retomaram o serviço depois do inverno, também não retomaram o da 432. Portanto, estou aqui apenas retransmitindo essa questão da 432, do DENIT que está fazendo a obra e também do Tribunal de Contas, porque nada justifica o erro no dobro do material necessário para a construção de uma estrada. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. Ontem, vim a esta tribuna para tratar de um assunto relacionado à infraestrutura da Segurança Pública no nosso Estado, tanto na questão do servidor quanto na questão da estrutura física dos quartéis, delegacias, manutenção de viaturas e etc. E, a imprensa local se aprofundou e fez uma matéria de capa nos jornais que circulam em nosso Estado, e conseguiu obter ainda mais informações do que as que trouxe aqui ontem. Mas, essa situação não se limita somente à Segurança Pública. Um dia desses assisti no noticiário que 80% das escolas do Estado de Alagoas seriam interditadas em virtude da falta de estrutura. O Estado decretou estado de emergência e está tentando fazer uma força tarefa para recuperar boa parte dessas escolas até o final do ano. Fiquei preocupado com o povo de Alagoas, com os alunos e professores, e procurei fazer um diagnóstico para saber como estava a situação das escolas do nosso Estado. E aí, fomos surpreendidos, pois a situação não é muito diferente, e não estou me referindo ainda nem a qualidade de ensino. Esse assunto eu trarei a esta tribuna na próxima terça-feira, pois estou junto com o SINTER fazendo uma pesquisa, avaliando a questão do IDEB, a projeção para o futuro. Nós temos escolas com 2,5 pontos no IDEB. A escola Sônia de Brito está projetando para 2020 alcançar o índice de 4,5, bem abaixo da média nacional. Mas, isso quero tratar na terça-feira que vem. Vou me ater hoje ao problema da estrutura das escolas no nosso Estado. Estive, ontem, em uma reunião com a direção do SINTER. Eles me repassaram alguns materiais, entre eles três DVDs onde mais de 40 representantes de escolas fazem um relato fiel da real situação em que se encontram as escolas no nosso Estado. Fiz um apanhado e tive o cuidado de ver se essa situação era só na capital, mas, não é só aqui, no interior também. Fui ao interior, passei o domingo visitando algumas escolas e encontrei coisas absurdas. Para dizer que não é só discurso, fiz questão de registrar. Há uma escola que fica na comunidade de Três Corações, Km 100 – Amajari, a escola Santa Luzia, que está sob reforma há três anos, e sem previsão de conclusão. Os alunos daquela escola estão estudando numa quadra. São 6 turmas, e quando chove, eles são obrigados a se retirar porque não têm como ficar dentro da quadra. Tenho em minhas mãos fotos para comprovar a situação, cada amontoado de cadeira desses é uma turma, uma sala de aula. Vocês não imaginam como funciona a secretaria desta escola. Isso também está registrado em fotos. A empresa que ganhou a licitação desta reforma é a SONETO, no valor de um milhão e trezentos mil reais, quase um milhão e quatrocentos reais para reformar uma escola de pequeno porte. Tive a preocupação de ir nas vicinais, nas comunidades indígenas do Amajari, e a situação é pior, muito pior. Estão aqui as fotos, os relatórios dos tuxaus contendo informações sobre as escolas. Falta merenda escolar, transporte escolar, professor, e energia elétrica. As aulas estão sendo ministradas debaixo das mangueiras, e os alunos ainda têm que ficar trocando de lugar para fugir do sol.

A reforma da escola está sendo feita pela própria comunidade que está fazendo vaquinha. Inclusive, eu tenho uma rifa para ajudar a comunidade a reformar a escola. Essa é a realidade de muitas escolas no interior do Estado. Citei a situação do Amajari, mas em Pacaraima, Rorainópolis, Petrolina não é diferente. As escolas estaduais em Petrolina estão abandonadas. Eu tentei sintetizar, peguei 36 escolas, Senhores e Senhoras do Estado e vou ler o diagnóstico repassado. Eu não estou inventando, não estou criando fatos e muito menos aumentando. Está aqui o diagnóstico apresentado pelo SINTER numa reunião com os representantes das escolas. Nós temos aqui, por exemplo, a escola Maria Eunice Brandão, localizada no bairro Caumê, em Boa Vista, que está com a parte elétrica precária. Foram instaladas centrais de ar, porém, não funcionam; Na Escola Antônio Carlos Natalino falta professor de química, biologia, geografia, história. No

horário da manhã há infestação de pombos e baratas. As centrais de ar que foram instaladas não funcionam em virtude da rede elétrica; A Escola Buritis está com a estrutura física necessitando de reforma geral, as centrais de ar não funcionam também devido à questão elétrica. O laboratório de informática não funciona; A Escola Ulisses Guimarães, localizada no Pintolândia, está com a estrutura física necessitando de reforma, foram instaladas centrais de ar, mas, também, não funcionam. Os alunos estão bebendo água quente porque o bebedouro não funciona, há infestação de pombos, falta material didático; A Escola Maria das Neves Rezende está com a estrutura física necessitando de reforma; centrais de ar também foram instaladas, mas não funcionam devido a problemas na rede elétrica que não suporta a sobrecarga, não há telefone, falta material didático, pedagógico e esportivo; Na Escola Girassol não é diferente; Na Escola Antônio Tavares da Silva, em Rorainópolis, o transporte escolar atende a dezenove rotas, supridas apenas por sete ônibus. E, há ônibus que atendem apenas três vicinais. Falta pessoal de apoio, a estrutura física necessita de reforma, o laboratório de informática não funciona; Na Escola Caranã, em Boa Vista, a estrutura física também está precisando de reforma. As centrais de ar foram instaladas, mas não funcionam; Na Escola Francisco Carlos Macedo não é diferente; A Escola Tancredo Neves está necessitando de reforma na parte elétrica, as centrais de ar foram instaladas, mas não funcionam. Está aqui, trinta e poucas escolas que eu consegui fazer um diagnóstico ontem à noite, que estão precisando do básico do básico para funcionar.

Então, Senhores, essa é a real situação das escolas do Estado de Roraima, que não é diferente da situação das escolas do Estado de Alagoas, onde 80% foram interditadas e o Governo decretou Estado de emergência para reformá-las até o final do ano.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Sampaio – Deputado, escutei atentamente o seu discurso, mas vou colocar a visão de um educador, pois a nossa Secretária de Educação é uma pessoa de uma seriedade que não dá para se discutir, bem como a sua capacidade como gestora, sua seriedade com a coisa pública, pois além de professora, ela é Defensora Pública do Estado, concursada, está há muito pouco tempo no cargo e, educação não se faz em dois dias, seis meses, um ano. Eu fui gestor público e fiz um Projeto de educação para quinze anos que alcançou resultado em cinco anos. Eu acho que ela ainda merece um voto de confiança. Eu sei a real situação das escolas. Contudo, o estado procura pagar o salário do servidor em dia. O Estado paga um dos melhores salários do País para o professor. E, na minha época, a situação das escolas, em nível nacional, eram infinitamente piores do que as de hoje, e nós estudávamos. O grande problema também é que você não pode olhar a educação só analisando a parte da estrutura física, mas sim como um todo. Se por um lado existe o problema das escolas, e é verdadeiro o que Vossa Excelência está colocando, por outro lado nós precisamos que os nossos colegas professores também melhorarem aquilo que estão oferecendo aos nossos alunos. Eu tenho contracheques de professores do Estado do Amazonas com carga horária de 40hs que ganha mil e trinta reais. O professor aqui tem contrato de 20hs e ganha o dobro. Então, temos que ter coragem de colocar aqui, que os nossos colegas precisam também dar uma aula de melhor qualidade para os nossos alunos. Mas, eu estou do seu lado. Acho que a situação é crítica e por mais que a Secretária venha tentando recuperar algumas escolas, como também, no caso, a municipalização da merenda escolar que tanto se cobrou aqui, não é fácil. Para 33 escolas já foram transferidas verbas para que a merenda seja feita na escola. Isso é um avanço na situação caótica em que se encontrava a merenda.

Parabênize Vossa Excelência por abordar um tema que é da minha área. Como Presidente da Comissão de Educação, gostaria de encerrar fazendo um apelo incondicional: Vossa excelência é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e, estive no sul do Estado e estou agora aqui, publicamente, pedindo a sua interferência, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, com relação aos preços dos combustíveis praticados no interior do Estado. É um absurdo pagarmos três reais por litro da gasolina, enquanto aqui, na capital, o litro está custando dois reais e setenta centavos. Vou fazer um documento por escrito para Vossa Excelência para que tome providências com relação a esse problema que está ocorrendo no interior do Estado. Muito obrigado pelo Aparte.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Sem sombra de dúvidas confio, acredito e conheço a nossa amiga Secretária Lenir Rodrigues. Não tenho dúvida de sua competência. Reconheço que o

Governo acertou quando a escolheu para assumir a Secretaria de Educação. Agora, Deputado Joaquim, eu citei um exemplo claro que foi o da escola do Amajari que está há três anos em reforma e os alunos estão tendo aula embaixo das árvores, dentro de uma quadra, se sujeitando a tudo e a todos. Isso é uma questão de gestão e esse Governo não assumiu agora, já tem quatro anos de mandato. O IDEB de Roraima nos coloca, hoje, como um dos piores Estados com relação à educação. Até reconheço que as percas salariais, as progressões e as promoções dos professores não sejam reconhecidas por parte do Estado. Não temos hoje o melhor salário do Brasil, mas também não temos o pior. Mas, a nossa educação tem índice de qualidade entre os mais baixos do Brasil. Isso tudo, para mim, é uma questão de gestão. Contudo, quero dar um voto de confiança a Secretária, mas o Governo do Estado que já teve outros secretários não pode usar o argumento da falta de tempo para resolver a questão da educação, de desconhecer esses fatos que relatei dizendo que a educação de Roraima está bem. Ainda sobre a educação de Roraima, e estou me referindo nesse momento a estrutura, não há Deputado, um professor que consiga dar aula em uma sala forrada, fechada, com uma temperatura em média entre 37 a 40 graus. Se formos hoje a várias escolas, vamos perceber a realidade, porque o Governo instalou as centrais, mas sequer se preocupou com as instalações elétricas. Então, está aqui toda a documentação e os diagnósticos, inclusive, trazendo propostas. E, o SINTER irá trazer para esta Casa o pedido de eleições diretas para os gestores de escolas, obedecendo critérios técnicos entre os servidores efetivos e, também, deve pedir seu apoio, Deputado Joaquim, para que as reformas nas escolas quando forem feitas, que uma cópia da licitação vá para as escolas para que a comunidade escolar tenha ciência de qual é o dever da empresa que ganhou a licitação para fazer a reforma.

Aparte concedido a Senhora Deputada Aurilena Medeiros – Deputada, eu gostaria de lhe dizer que isso já ocorre hoje. Eu acompanho principalmente as reformas no interior e os diretores já pedem os empresários cópias da licitação e muitos acompanham o serviço. Agora, há outra situação que eu me deparo muito, principalmente no interior, é que os nossos professores hoje, têm três expedientes. São contratados em Boa Vista, fazem concurso para Caracará e no outro dia estão nesta Casa pedindo para ficarem aqui.

Ao chegarmos nas escolas do interior constatamos que, pelo menos uma vez por mês, quando os professores vêm receber os salários, os alunos ficam no mínimo uma semana sem aula, pois eles demoram a retornar. Então, esse advento das 20:00h/aula, para mim foi um grande erro do Governo, pois o nosso contrato era de 40:00h/aula e foi reduzido para 20:00h/aula, permanecendo o mesmo salário. Os professores pensaram que não tiveram aumento, mas tiveram um aumento de 100%. E, por isso, o Sindicato deve ter a preocupação com a melhoria do ensino no Estado. Hoje, se faz seletivo para professores de química, física, porém, quando ficam sabendo que é para o interior, ninguém vai. Eu conheço professores que estão há mais de um ano afastado, com atestado médico para não prestar serviço no interior. Mais, de 30% dos professores estão de atestados médicos, faltando nas escolas. Nós temos hoje, uma média de um professor para dez alunos, coisa de primeiro mundo, entretanto, mais da metade deles estão de licença, de atestado médico, não assumem as escolas do interior, faltam demais, ficam em Boa Vista. E, com relação a essas questões a Secretaria de Educação não tem culpa. Eu já disse que vou denunciar isso, porque a pessoa faz concurso para o interior e tem outro emprego aqui. Um dia desses estavam culpando os políticos por causa do que acabei de relatar. Fui à Secretaria de Educação saber o que estava acontecendo, porém, é o próprio sistema que traz professor do interior para a capital, e deixa o interior descoberto. Então, essa versão da melhoria da educação é via de mão dupla, é o Estado que faz, com a responsabilidade de quem o Estado paga para fazer também. Então, era essa a questão que a gente queria discutir e, peço que o Sindicato faça esse levantamento e veja essa falta de disponibilidade de professores. Um dia desses, nós figuramos na mídia nacional como o Estado que tem o maior número de professores sem habilitação. Eu e o Deputado Flamarion fomos verificar isso e o Sindicato também tem que fiscalizar, porque não é só a parede pintada e o ar-condicionado que vai melhorar o ensino não. Precisamos da parceria e da responsabilidade dos profissionais de educação. Nós sabemos que muitos têm dois, três contratos, até por uma questão de sobrevivência, e não sabem nem onde vão trabalhar. Então, essa questão gostaríamos muito que o Sindicato levasse para discussão se quiser ajudar a educação do Estado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputada, nós

sabemos que existem falhas não apenas por parte dos professores, mas, também, por uma questão de gestão. Concordo com Vossa Excelência que há interferência política dentro da Secretaria de Educação, pois diretores são apadrinhados, professores passam a ser cabos eleitorais de políticos e, desta forma, a qualidade de ensino fica a desejar. Sabemos que educação não se faz apenas com central de ar, com giz ou pincel, mas com todo um conjunto que passa pelos alunos, pais, professores e gestão. Eu, no início do meu discurso, fui bem claro que ia abordar a estrutura da educação no nosso Estado, que não está muito diferente da do Estado de Alagoas. Na terça-feira estive no SINTER e eles vão trazer sugestões. Eu já anunciei duas sugestões aqui, eleição direta para diretores de escola e que cada escola que seja reformada tenha uma cópia do processo de construção e reforma para que a comunidade possa cobrar. Eu acho que já temos uma grande contribuição do SINTER Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, jornalistas, auditório. Eu venho a esta Tribuna para dizer que há dez dias o Governador do Estado convidou o médico **Célio Wanderley** para assumir a liderança do Governo aqui neste Poder, e ontem me convidou para ser vice-líder do **Célio Wanderley**. Eu fico muito feliz, Deputado **Célio Wanderley**, de ser vice líder de Vossa Excelência já está há 20 anos aqui nesta Casa, tem uma família decente, que produz para este Estado, conhece este Estado. Vossa Excelência tem sido uma pessoa honesta com seus amigos, familiares, é pessoa honrada, e não é merecedor, jamais, do que foi noticiado em um jornal que nem sequer, e eu tenho certeza, é registrado na associação brasileira de jornalismo, porque lá com coisas ignorantes e irresponsáveis como essa, eles jamais conseguiram o registro. Eles tentam denegrir a imagem de Parlamentares desse Poder, e o que é pior, se sabe até que parte desse jornal é patrocinado por este próprio Poder. Aqui nesta Casa jamais irão me calar, se alguém pensar que por qualquer motivo vai calar o Deputado Xingú, se enganou, pelo contrário, nós vamos dar as respostas que devemos dar à sociedade. Eu, ontem, fui surpreendido, pois uma pessoa me ligou de São João da Baliza, município onde tive quase 80 votos, e o Senhor Cachopa que foi Presidente da Câmara Municipal daquele município por 3 vezes me disse: Deputado, estão entregando um jornalzinho de casa em casa dizendo que o Senhor está respondendo um processo na Delegacia da Mulher por violência doméstica. Olhe o tamanho da armação Presidente, Senhores Deputados, esse tipo de coisa não funciona, nós precisamos fazer política no campo das ideias, do debate e não com armação. Eu disse a ele: não se preocupe porque isso é uma coisa muito fácil de provar. Chamei o meu assessor e disse a ele que fosse à Delegacia da Mulher, liguei para a Delegacia e tirei uma certidão e ela está aqui, eu nunca estive na Delegacia da Mulher respondendo processo algum. Imediatamente eu liguei para o meu advogado e disse a ele: o seu natal está garantido, pois eu tenho o ônus da prova e nós vamos pedir 500 mil reais de indenização por danos morais porque eu sou uma pessoa pública. Eles são tão burros, porque não se faz algo desse tipo com ninguém, isso não é ser inteligente, é um ato de burrice. O juiz não vai nem discutir, é matéria preclusa, não cabe discussão, o ônus da prova está aqui. É preciso, e eu venho falando isso há muito tempo, que pessoas ligadas a este Poder acabem com esse tipo de armação leviana contra Deputado, contra esta Casa. Esse jornal está dizendo até que a Assembleia Legislativa está fazendo a farra das camisetas. Não sou eu quem estou falando, é esse jornal, e nessas horas o dono não aparece. Eu disse ao Deputado **Chico Guerra** para ele convidar o dono do jornal para vir a Sessão, mas covarde é assim mesmo, não vem não. Eu já disse e vou repetir, eu não falo nos corredores aquilo que eu não posso falar em público. Eu queria que esta pessoa estivesse aqui, mas não veio. Isso é algo grave, é muito grave o que está acontecendo aqui, porque se isso continuar, não saberemos qual será o futuro deste Poder. Eu estou saindo daqui e vou de encontro ao meu advogado para ele ajuizar, ainda hoje, um processo de indenização moral contra esse jornalzinho que deveria se chamar fato irreel, porque tudo que publica é uma irrealdade. Para se ter um jornal, é preciso ter responsabilidade. Temos aqui, o maior jornal do Estado que é a Folha de Boa Vista, que tem 20 anos de existência, um jornal que trata a coisa pública com responsabilidade, quem quer crescer na vida precisa respeitar as pessoas e não agir de forma leviana como estão agindo para desmoralizar A ou B. Quero terminar esse discurso dizendo aos meus colegas que vou estar ao lado do Deputado **Célio Wanderley** para ajudá-lo a conduzir os processos de interesse do Estado e da sociedade, e dizer que nenhum projeto por eu conhecer a pessoa do Doutor **Célio Wanderley**, irá chegar aqui e ser votado de imediato. Vamos ter uma ampla discussão desses projetos.

Aparte concedido ao Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência e com o Deputado **Célio Wanderley**, Vossas Excelências têm um passado neste Estado de trabalho e labuta e não merecem os termos que receberam nesse triste comentário desse jornal de circulação. Quero deixar aqui a minha indignação com relação a esse assunto e dizer que já estamos tomando as providências cabíveis para que fato dessa natureza não venham a ocorrer. Eu sempre digo que a imprensa está aí para falar a verdade, agora chacota do tipo que fizeram com o Deputado **Célio Wanderley** é inadmissível, agride todo o Poder. Eu me senti ofendido tanto quanto ele e Vossa Excelência quando vi a matéria.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar Vossa Excelência por ter assumido a Vice-liderança. Quero dizer aos nobres Deputados que quando assumi a liderança do Governo, todos sabiam da minha dificuldade por conta do tempo, das minhas atividades particulares. Assumi no intuito de colaborar e ajudar não só o Governo do Estado, mas, também, a nossa Casa para que possamos dar celeridade aos nossos projetos e para que pudéssemos continuar o trabalho que já estamos desenvolvendo durante toda essa vida que tenho dentro da Assembleia Legislativa. Quanto ao comentário do jornalzinho, eu não me sinto atingido, absolutamente nem um pouquinho, porque estou muito aquém desse cidadão que publica isso aí. Estou num nível muito superior a isso e não tenho tempo para me preocupar com comentários levianos, até porque, quando fez a comparação do Deputado com o palhaço Bozó, não me atingiu, pois ele foi um palhaço que trouxe alegria à sociedade brasileira com o programa no SBT, trazia às crianças paz e seu nome não é pejorativo. Ser palhaço nesse país não é pejorativo, é um trabalho como outro qualquer. Se me compararem com o Bozó achando que iam me atingir, longe disso, eu estou aqui para exercer um trabalho, eu tenho um nome a zelar. Como Deputado e como cidadão todos me conhecem, sabem das minhas atitudes e procedimentos, eu não tenho nada na vida a esconder, tenho orgulho de participar por seis mandatos nesta Casa, sempre tive um bom relacionamento com todos os Deputados desta Casa. Eu, às vezes, fico triste quando vejo um comentário dessa natureza atingindo um Membro do Poder Legislativo, inclusive, partindo de um jornal que possivelmente é patrocinado por gente desta Casa. Então, eu só tenho a lamentar que tenham feito um comentário com relação a Vossa Excelência, um comentário infeliz, feito por alguém que não tem capacidade para produzir uma matéria de melhor qualidade e, por isso fez esse comentário e, possivelmente, não deverão parar por aí. Na realidade, eu acho que o objetivo desse jornal não é melhorar o país, o nosso Estado ou a Assembleia Legislativa, e sim, achavalhar com a vida de quem tem o que fazer. Obrigado.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu quero ser solidária ao Senhor, ao Deputado **Célio Wanderley** e a esta Casa que também foi atingida por esse jornal. Não é a primeira vez que isso acontece aqui. Em determinado momento aqui num local desta Casa, esse jornal estava sendo rodado, talvez até com material da Assembleia Legislativa, não tenho certeza, mas era rodado aqui, eu e o Deputado Joaquim presenciamos isso. Talvez isso seja fruto da falta de competência. Nós temos um carinho especial pelos jornalistas, repórteres, e principalmente aos que são bons. Sabemos que é uma categoria como todas as outras, onde há bons e maus profissionais. Com certeza isso é obra de quem não tem o que fazer. Esse jornalista talvez tenha se formado na faculdade de jornalismo das intrigas, mentiras e fofocas, pois o bom jornalista se prende as boas notícias, a divulgação da realidade. Quero pedir ao Presidente da Assembleia Legislativa que pessoas desse tipo não tenham credenciamento para entrarem neste Poder, porque não são pessoas capazes de construir nada dentro da profissão que exercem, eles não vêm aqui para divulgar o que esta Casa faz, vêm cuidar da vida pessoal das pessoas, isso eles têm que buscar lá fora, aqui dentro não é o local onde essas pessoas possam permanecer. Queria dizer ao Senhor que junto isso a outra denúncia que já existe na Comissão de Ética contra o Senhor, e reitero o meu pedido ao Presidente da Casa que encaminhe ao setor competente para que pessoas desse tipo, não os jornalistas, porque isso não é matéria jornalística, isso é picuinha, e para picuinha tem os setores competentes, não tenham acesso às dependências da Assembleia Legislativa. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Da mesma forma que fizeram os colegas que me antecederam, quero me solidarizar com Vossa Excelência e com o Deputado **Célio**

Wanderley, e dizer que sabemos muito bem como é isso, como é ser acusado e tratado dessa maneira, pois já sofremos com isso. É realmente inadmissível que essas coisas aconteçam. Quero referendar a proposta da Deputada **Aurelina Medeiros** de proibir o acesso nesta Casa dessas pessoas, porque realmente não há o menor cabimento em receber aqui neste Poder, que é a Casa do povo, pessoas dessa natureza. Isso não é jornalismo, essas pessoas estão sendo pagas para falar mal da vida dos outros. Não é a primeira vez que isso acontece nesta Casa. Nós precisamos tomar providências e dar um fim nisso. Vá à justiça, repare a sua honra, a sua imagem. Hoje a internet nos dá a possibilidade de falarmos o que quisermos, mas quem fala o que quer, ouve também o que não quer, e deve pagar pelo que diz. Com relação ao Deputado **Célio Wanderley**, quero dizer que Vossa Excelência assume essa função de Líder com ampla legitimidade e respaldado por parte dos Deputados da base aliada. Vossa Excelência tem a liderança e essa liderança é reconhecida por todos nós, e tem a total condição de exercer muito bem, como fez o Deputado **Joaquim Ruiz**, o seu papel de Líder, e não é um infeliz desse, um energúmeno desse que vai tirar o brilho do seu período de Líder do Governo aqui nesta Casa. Deputado Xingú mantenha essa postura aguerrida e combativa contra aqueles que tentam lhe calar. Não se sujeite a isso. Nós estamos aqui até hoje, temos mais de 20 anos de vida pública trabalhando de cabeça erguida. A melhor resposta que a gente dá para esses infelizes é trabalhar cada vez mais com competência, porque aí só vai restar a eles chorar e lamentar o nosso sucesso, enquanto isso, eles ficam sem ter o que fazer a não ser falar mal dos outros.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Eu tenho certeza que o Deputado **Célio Wanderley** e eu estamos à disposição dos colegas. Nenhum projeto vindo do Governo do Estado para esta Casa, todos da base que tem ampla experiência, ficará sem ser amplamente discutido. Isso é uma prerrogativa do Deputado para que possamos realmente exercitar o parlamento, discutir as matérias de interesse da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Primeiro, gostaria de me solidarizar ao Líder e Vice-líder do Governo, sobre esse assunto. Quero fazer um apelo a oposição para que continue votando com o Governo como votou enquanto eu era Líder. Se Vossa Excelência observar o trabalho do Governador, poderá verificar que em grande parte da pauta de votação da Assembleia Legislativa, em que pese alguns Deputados façam discursos de oposição fazendo críticas ao Governo, grande parte dos Deputados votaram com o Governo. Se Vossa Excelência pegar os anais da Casa vai verificar que o Governo vem acertando, tanto é que a oposição vem votando sistematicamente, com algumas exceções, mas vem votando com o Governo. Eu espero que o Deputado **Célio Wanderley** e Vossa Excelência continuem tendo esse apoio da oposição para essas votações que virão, como fez o Deputado **Flamarion Portela** que por várias vezes votou com o Governo, mesmo sendo um crítico. Inclusive, na semana passada, nas três votações que tiveram aqui, o Deputado **Flamarion Portela** esteve votando com a gente.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Era isso que eu tinha para o momento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 09/11, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 002, de 02 de setembro de 1993, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; bem como do Parecer das comissões conjuntas.

O Senhor Primeiro Secretário (**Naldo da Loteria**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 09/11 e o Parecer.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 09/11. Não havendo quem queira discutí-lo, em votação em segundo turno. A votação será nominal e deve haver quorum qualificado, ou seja, 13 votos favoráveis para sua aprovação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 09/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Projeto de Lei nº 060/11, que “Dispõe sobre a criação de cargos comissionados na estrutura organizacional da Vice-Governadoria do Estado, e dá outras providências”, de autoria Governamental.

O Senhor Primeiro Secretário (**Naldo da Loteria**) – Lido o Projeto de Lei nº 060/11.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 060/11. Não havendo quem queira discutí-lo, em votação. A votação será nominal. Votando “sim” os Senhores aprovam

a matéria, votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 060/11.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para as Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, gostaria de informar que ontem vim de Manaus de carro pela estrada. Eu escutei aqui, hoje, um Deputado colocando a situação dos recursos da BR-174, da 432. É preciso esclarecer que esses recursos estão no banco, estão aplicados, e só a partir do momento que se retoma os serviços, com o reinício das obras, e o Deputado **Flamarion Portela** é engenheiro e sabe disso, os serviços vão sendo pagos. Sobre os recursos da 432, o convênio vence agora. Ele também foi Governador e sabe que se pode fazer um termo aditivo prorrogando o prazo da vigência do convênio. A DELTA VIA já está bem avançada nos trabalhos, o processo da operação tapa buraco já reiniciou, o problema é que nesses dois dias choveu muito em vários trechos da 174. O trabalho de operação tapa buraco já está sendo realizado, a CMT começa o trabalho partindo de Caracará para o Quinhentos. Já estão fazendo aqueles trabalhos laterais e uma empresa até fazendo o trabalho paralelo de operação tapa buraco. Eu estou dando esses esclarecimentos até para ilustrar o próprio discurso do Deputado e também para colocar para a opinião pública que esses recursos estão em contas específicas, aplicados no mercado financeiro, portanto, ninguém está tendo prejuízo, nem a União e nem o Estado, e os serviços foram retomados sim na BR-174. Eu vim ontem de Manaus pela BR-174 e em todos os trechos os serviços estão sendo retomados. Como eu sou testemunha, estou colocando o meu depoimento para corroborar com o discurso do Deputado Flamarion.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente, quero parabenizar o Deputado **Célio Wanderley** pela sua competência, dinamismo, pelo seu trabalho e comprometimento com o Estado. Para conclamar com ele junto ao Governo do Estado, intervenho para pedir o reinício das obras que foram iniciadas e paralisadas, por conta do inverno, na rua Almerindo Cruz. Essas obras irão resolver, também um problema crônico de alagamento na Av. Bandeirantes e na Av. Ataíde Teive. Há uns quatro meses atrás solicitei que fossem tomadas providências por parte do governo do Estado e, na época, quem respondia, inclusive, se comprometeu de público que essas obras seriam reiniciadas, e como não foram, eu conclamo agora, porque estou sendo procurado pelos empresários e moradores daquela área, da parte mais alagada, e se não reiniciarmos as obras agora, vamos ter problemas novamente. Para evitar que a classe empresarial daquele setor não sofra tanto e bem como os moradores daquela região, nós temos que sanar, de uma vez por todas, essa problemática. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, uso o Expediente de Explicações Pessoais para convocar os Membros da Comissão Especial Interna, para analisar e dar Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 06/11, e nos reunirmos amanhã, após a Sessão ou às 15 horas: Deputado Coronel Chagas, esse que os fala, Deputado Flamarion, Deputado Joaquim Ruiz, Deputado Marcelo Natanael e Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, convoco os Membros da Comissão de Orçamento e Finanças para amanhã, após a Sessão, nos reunirmos. Deputados: Brito, Flamarion, Marcelo Natanael e Marcelo Cabral, para deliberarmos algumas matérias que estão na Comissão, visando que os trabalhos da Casa continuem andando. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** - Senhor Presidente, gostaria de fazer um comentário sobre o que o nobre Deputado Joaquim Ruiz falou. É verdade, o dinheiro público para a recuperação das BRs está aplicado no mercado financeiro. Contudo, na semana passada, eu estava conversando com alguns Membros do Ministério Público de Contas, e há um entendimento, e me parece que isso vai ser uma lógica pelo próprio Tribunal de Contas da União, para onde houver denúncias, indícios de superfaturamento, licitação fraudada, as obras não sejam paralisadas, porque isso traria um prejuízo muito grande para a população. Entretanto, isso não quer dizer que aquelas pessoas que por ventura estão superfaturando ou fizeram licitações viciadas ou fraudulentas não sejam punidas. Portanto, há esse entendimento, e me parece que o Tribunal de Contas já tem tomado algumas decisões nesse sentido. Existem problemas, mas as obras precisam continuar para que as pessoas não sejam penalizadas, para que a gente não fique sem a BR ou outra obra que seja. No entanto, é preciso que sejam punidas aqueles que por ventura venham a cometer algum tipo de delito. Portanto, Deputado Joaquim, o fato de o dinheiro está lá não

significa que a população não tenha prejuízo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, aproveito o uso de Explicações Pessoais para me congratular e declarar apoio a greve dos oficiais de justiça do nosso Estado. É uma greve justa, pois estão reivindicando progressão salarial, realização de concurso público para aumentar o efetivo dos oficiais de justiça que hoje não é suficiente para atender a demanda. Então, declaro nosso apoio. Quero me comprometer com o Deputado Joaquim, da Comissão de Defesa do Consumidor, que nos cobram isso. Já conversei com alguns membros da Comissão para que possamos apurar esse abuso no preço de combustível no interior do Estado. Temos regiões que estão mais próximas de Manaus, onde o combustível se torna mais caro. A Comissão tem todo interesse de tomar as providências cabíveis. Convoco a Comissão de Defesa do Consumidor; Deputados: Coronel Chagas, Mecias de Jesus, Rodrigo Jucá para amanhã discutimos o Requerimento da Comunidade Bairro Equatorial que estão questionando a cobrança abusiva na taxa de energia elétrica de boa parte daqueles moradores. Quero parabenizar o nosso colega de farda na pessoa do Major Doriedison, do Corpo de Bombeiros, que foi um grande oficial, ajudou a coordenar a operação de combate a enchente que houve em nosso Estado recentemente, e cumprimentar, também, na pessoa do Cadete Overlam, os demais cadetes da nossa academia de polícia que estão há três anos se preparando para ingressar na nossa polícia como oficial para ajudar e prestar serviços a nossa segurança pública. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, uso desse Expediente para convocar a Comissão de Educação e Saúde para reunirmos amanhã; Deputados: Joaquim Ruiz, Flamarion Portela, Gabriel Picanço e Célio Wanderley. E convidar os Membros da Comissão de Ética: Deputada Ângela Portella, Coronel Chagas, Ionilson Sampaio, Gabriel Picanço e suplentes: Deputada Aurelina e Deputado Damosiel. Obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, apenas para dizer ao Deputado Brito que as informações prestadas há

quatro meses me foram passadas pelo Secretário de obras. Coloco-me à disposição dos Deputados para irmos à Secretaria de Obras saber o porquê do não reinício das obras, aí, com certeza, nós vamos poder esclarecer essas questões. Coloco-me à disposição dos nobres colegas para fazermos essa visita à Secretaria de Obras, pois isso é uma prerrogativa de cada Parlamentar.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, eu quero usar esse momento aqui para relembrar a Casa, especialmente a Vossa Excelência e a Mesa Diretora, que eu fiz ainda no primeiro semestre, um requerimento para convidar para vir a esta Casa, o Gerente da ANATEL aqui do Estado. E, eu vejo que a vinda desse Gerente aqui, é mais oportuna do que nunca, porque eu não sei o que acontece aqui no nosso Estado, pois a cada dia que se passa a prestação de serviço de telecomunicações piora e se deteriora aqui em Roraima. Nós precisamos saber que tipo de fiscalização a ANATEL vem fazendo nas empresas de telefonia especialmente. Nós precisamos ter notícias daquilo que está acontecendo. Então, eu venho aqui a Vossa Excelência reiterar o pedido para que a Casa faça esse convite, uma vez que, quase todo dia uma empresa de celular está sem funcionar. Todo dia os clientes ficam sem acesso à telefonia e o pior que pagamos a assinatura básica para ter linha no celular, e quando esses ficam sem serviço, não há o desconto dessa assinatura.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 29, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portel la, Aurilena Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 29/09/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

